

HYPOSWISS

P R I V A T E B A N K

Relatório e Contas 2011 do Hyposwiss Private Bank Genève SA -
Sucursal em Portugal

Índice

Evolução dos Principais Indicadores	3
1. Mensagem da Gerência	4
2. Hyposwiss Private Bank	5
2.1. Actividade da Sucursal	5
2.2. Estrutura Organizacional	7
2.3. Recursos Humanos	8
2.4. Membros da Gerência	9
2.5. Auditores Internacionais	9
3. Enquadramento Económico e Financeiro	10
4. Gestão de Riscos	12
5. A nossa evolução e Análise Financeira	13
5.1 A nossa evolução	13
5.2 Análise Financeira	14
6. Perspectivas Futuras	17
7. Proposta de aplicação do resultado	17
8. Nota Final	18
9.1. Demonstração do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	19
9.2. Balanço em 31 de Dezembro de 2011	20
9.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	21
9.4. Demonstração de alterações do capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	22
10. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	23
11. Relatório de Auditoria	

Evolução dos Principais Indicadores

Actividade de Balanço, Gestão de Carteiras e Registo e Depósito (EUR)			
	31-Dez-11	31-Dez-10	Variação Anual %
Activo Líquido	89.656.871	65.483.439	36,9%
Crédito sobre clientes	22.792.642	18.801.738	21,2%
Recursos de clientes	53.779.624	30.615.409	75,7%
Margem Financeira	555.047	401.318	38,3%
Produto Bancário	1.475.009	936.367	57,5%
Custos com Pessoal	1.105.760	979.785	12,9%
Gastos Gerais Administrativos	782.351	829.771	-5,7%
Resultado do Exercício	(491.697)	(745.250)	34,0%
Capital e Outros ins tr. Capital	20.000.000	19.500.000	2,6%
Fundos Próprios de Base	17.927.254	17.418.745	2,9%
Activos sob Gestão (EUR)			
Activos Totais sob Gestão *	147.597.380	100.577.718	46,7%
Activos sob Gestão Discrecionária	51.700.845	10.035.549	415,2%
Actividade de Registo e Depósito	92.900.121	69.428.424	33,8%
Indicadores de Actividade			
Total de clientes	243	181	34,3%
Clientes c/ Gestão Discrecionária	16	11	45,5%
Gestão de Carteiras	7%	6%	8,3%
Colaboradores	13	10	30,0%

* Inclui carteira de títulos e recursos de clientes

1. Mensagem da Gerência

O ano de 2011 ficará na memória dos investidores por diversas razões. Foi o ano em que foram passando entre uma crise e outra, oscilando entre a esperança e o medo. Foi o ano em que o desastre nuclear em Fukushima teve apenas um breve impacto nos mercados financeiros, apesar das consequências terríveis que irão permanecer durante décadas. Foi o ano em que metade dos planos de resgate europeus passou a ser de semanas e dias.

2011 foi dominado pela escalada da crise da dívida soberana na Europa. As memórias do colapso do Lehman Brothers em 2008 e a crise financeira e económica que se seguiram voltaram a atear os receios. A insolvência da Grécia ameaçava arrastar o sistema bancário europeu para o abismo. Isto deveria ter resultado numa recessão profunda. Felizmente, os bancos centrais foram capazes de reactivar os instrumentos usados na crise financeira e abastecer os bancos com a necessária liquidez.

Debaixo destas condições adversas, nem todos os mercados tiveram uma performance tão negativa apesar do *crash* substancial dos preços durante o Verão. Enquanto os mercados de acções europeus perderam cerca de 20% do seu valor, os índices dos EUA conseguiram manter os níveis do ano transacto. Com uma posição sólida as empresas norte-americanas desafiaram a crise, conseguindo até aumentar os lucros significativamente em comparação com o ano anterior.

Nos mercados obrigacionistas, constátamos o que no passado seria impossível, ao verificar que as obrigações, consideradas como sólidas, emitidas por mutuários, tal como o Estado Português, foram arrebatadas, puxando os yields para novos recordes máximos, as obrigações dos bancos europeus quase não se conseguiram vender a preços razoáveis. Esta foi igualmente uma reminiscência da crise financeira. O resultado foi um alastramento dos spreads no crédito – em alguns casos até drástico – a que se associou uma queda nos preços.

Contudo, alguns investimentos originaram ganhos em 2011. O que mais se destacou foi, sem dúvida, o investimento em ouro. De uma só vez, o preço do ouro subiu 34%. Embora parte desse valor tenha retrocedido, ainda se pode considerar o crescimento de cerca de 20% durante o ano. Os investimentos a longo prazo em produtos de Tesouraria dos EUA também obtiveram bons resultados. Apesar do debate acalorado sobre a perda do rating AAA dos EUA, os investidores permaneceram fiéis aos produtos de Tesouraria norte-americanos. Uma das principais razões para esta crença, é que estes produtos foram considerados uma vez mais como os únicos títulos

negociados com liquidez em tempos de incerteza. Os produtos de Tesouraia dos EUA a 30 anos geraram lucros de 28%.

Neste contexto económico e financeiro volátil, os nossos clientes mantêm com a nossa equipa uma relação de confiança baseada sobretudo na proximidade e no diálogo, elementos essenciais de quaisquer relações a longo prazo.

Em 2012 a nossa equipa permanecerá particularmente atenta no sentido de salvaguardar a Sucursal e os seus clientes dos riscos inerentes à crise económica e financeira que atravessámos num passado recente, aproveitando simultaneamente as oportunidades de investimento em mercados financeiros.

2. Hyposwiss Private Bank

O Hyposwiss Private Bank Genève - Sucursal em Portugal (adiante designado por Hyposwiss ou Sucursal), foi constituído em Lisboa a 22 de Abril de 2008. A Sucursal constituída, assumiu em 1 de Junho de 2008, por operação de trespasse, a plenitude dos activos, obrigações e direitos com referência à actividade já desenvolvida pelo Anglo Irish Bank, Sucursal em Portugal (incluindo os direitos e obrigações contratuais assumidas pelo Anglo Portugal com terceiras entidades, tais como: clientes, fornecedores e colaboradores).

2.1. Actividade da Sucursal

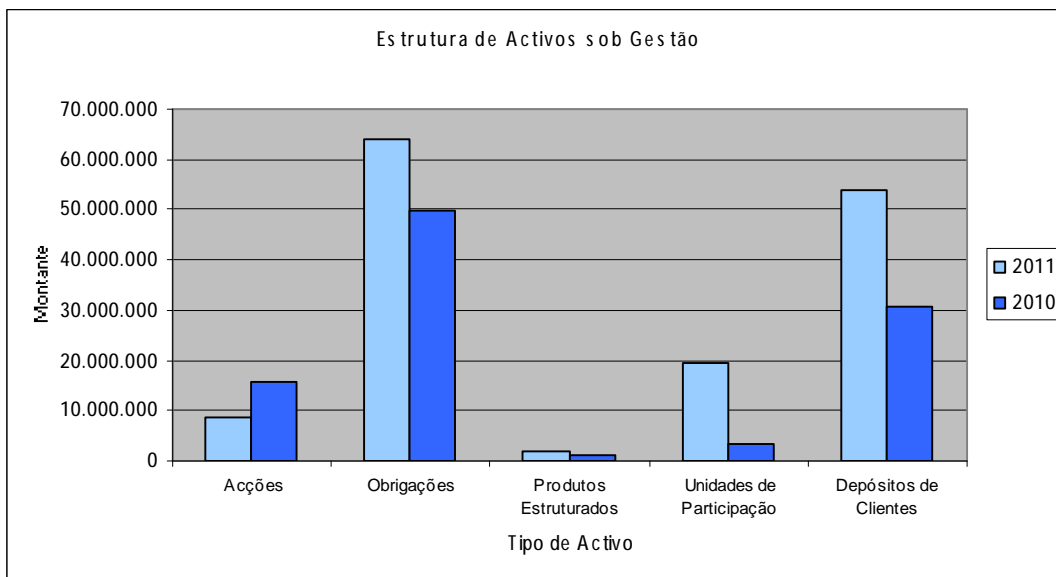
A Sucursal tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços associadas ao Private Banking, designadamente em operações de crédito, operações nos mercados de títulos, serviços de consultoria e serviços de gestão de carteiras.

O serviço de gestão de patrimónios da Sucursal é baseado em elevados padrões de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor especializado com soluções adequadas às necessidades específicas de cada cliente, que se traduz em recomendações de investimento adaptadas ao perfil de cada investidor.

São definidos em conjunto com o cliente, os objectivos a atingir, o horizonte de investimento, assim como os instrumentos financeiros que deverão incorporar o portfolio. É avaliada a situação do cliente, conhecimentos do mercado, capacidade financeira, expectativas do investimento e posteriormente seleccionado o modo de gestão pretendido para os activos.

A oferta de instrumentos financeiros da Sucursal inclui acções, obrigações, divisas, fundos de investimento e produtos estruturados.

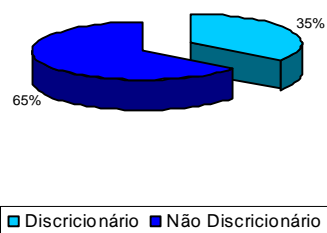
A estrutura dos activos sob gestão da Sucursal, apresentou-se no final de 2010 e 2011, conforme evidenciado no gráfico abaixo (valores em euros):



A 31 de Dezembro de 2010 o volume de activos sob gestão da sucursal situava-se nos 100.578 milhares de euros sendo que no final de 2011 este montante ascendia a 147.597 milhares de euros, representando um aumento de 46,75%.

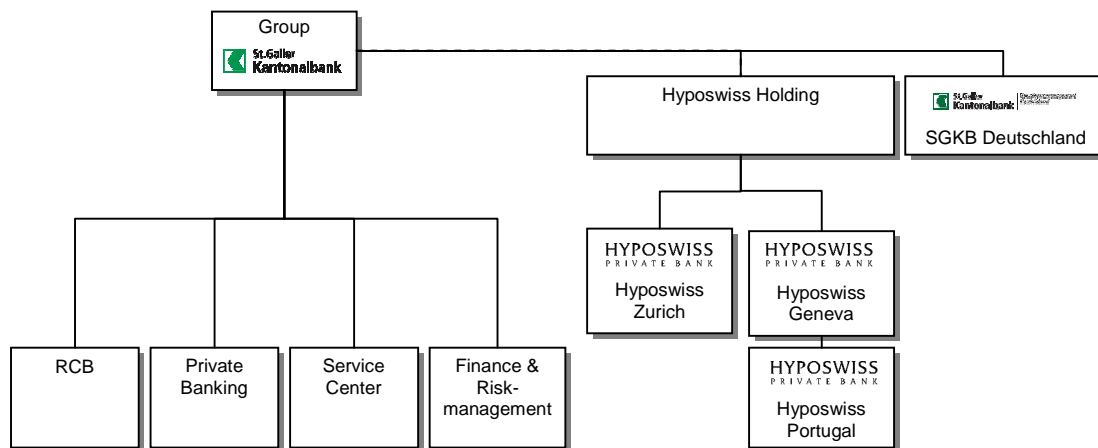
A gestão discricionária face ao total de activos geridos pela Sucursal corresponde, em 31 de Dezembro de 2011, a 35,03% (2010: 9,98%). Face ao ano anterior verificou-se um acréscimo de cerca de 415% dos activos associados a este tipo de gestão.

Activos por Tipo de Gestão



2.2. Estrutura Organizacional

Organigrama do Grupo

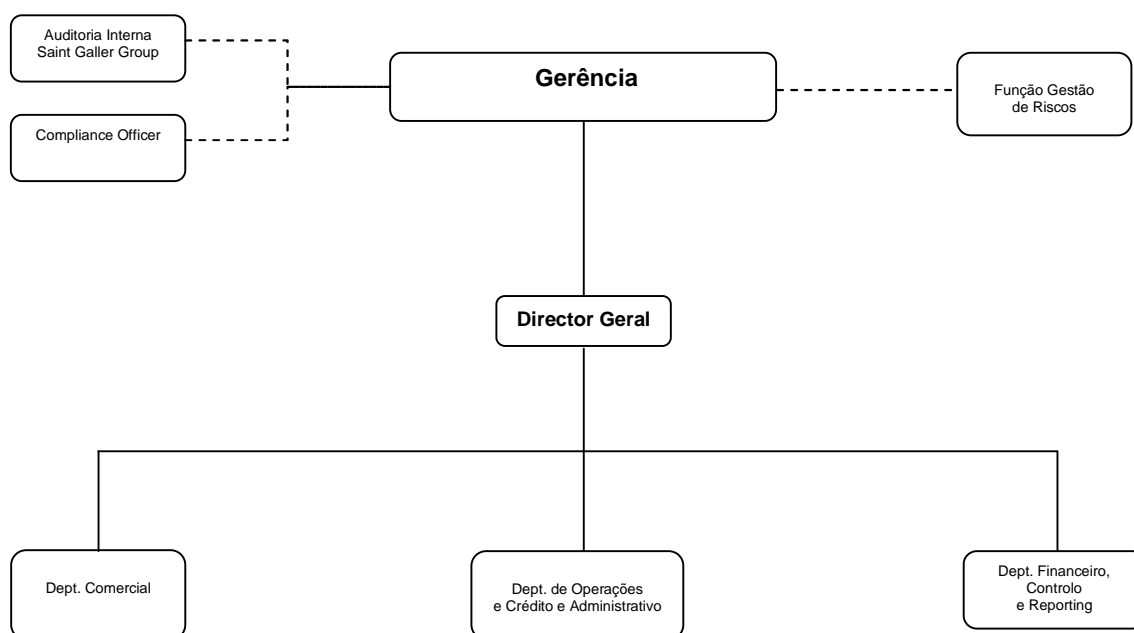


O Hyposwiss Private Bank Genève SA – Sucursal em Portugal é uma sucursal de uma instituição financeira Suíça - o Hyposwiss Private Bank Genève SA, com sede em Genève, na Suíça, o qual é detido em 100% pela instituição financeira St. Galler Kantonalbank, com sede, igualmente, na Suíça.

O St. Galler Kantonalbank, está classificado com rating Aa1 (Moody's) e é 54,8% detido pelo Estado Suíço via o Cantão de Saint Gallen, o qual por via legal é obrigado a deter pelo menos 51% do capital do referido banco.

Organigrama da Sucursal

A estrutura de organização interna da Sucursal encontra-se reflectida no organograma abaixo indicado:



As principais áreas funcionais da Sucursal são as seguintes:

- Área Comercial
- Área de Operações, Crédito e Administrativa
- Área Financeira, Controlo e *Reporting*
- *Compliance*
- Gestão do Risco
- Auditoria Interna

Todas as funções/áreas, à excepção de auditoria interna, são efectuadas por funcionários locais.

2.3. Recursos Humanos

Colaboradores

O quadro de pessoal da Sucursal era, no final de 2011, constituído por treze funcionários, registando-se um aumento de três pessoas em relação a 2010: uma pessoa recrutada para a área comercial e duas pessoas para as áreas financeira e operacional que já se encontravam a colaborar com a Sucursal em regime de prestação de serviços/outsourcing.

Colaboradores	Dez-11	Dez-10
N.º de efectivos	13	10

Estrutura Etária

A estrutura etária dos colaboradores da Sucursal evoluiu conforme representado no quadro abaixo:

Idades	Dez-11	Dez-10
Até 30 anos	8%	0%
de 31 a 40 anos	54%	70%
de 41 a 50 anos	38%	30%
mais de 50 anos	0%	0%

Habilitações

O elevado grau de habilitações académicas do quadro de colaboradores da Sucursal são a garantia da continuidade de capacidades técnicas nível de qualificações exigido é elevado com cerca de 77% dos funcionários a possuir, pelo menos, um grau de bacharelato, licenciatura ou até mais elevado.

Habilitações	Dez-11	Dez-10
Ensino secundário	23%	20%
Bacharelato	8%	10%
Licenciatura, MBA, Mestrado e Pós-graduações	69%	70%

2.4. Membros da Gerência

As pessoas responsáveis pela gestão da Sucursal são um representante legal não residente e dois representantes legais residentes em Portugal, nos termos do número dois do artigo 49º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

Os dois representantes legais residentes são os a seguir indicados:

- Miguel Lopes Marques
- Sílvia Maria Brito Leal

O representante legal não residente é o a seguir identificado:

- Simon Cole

2.5. Auditores Internacionais

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903.

3. Enquadramento Económico e Financeiro

Depois de um ano de 2011 marcado pelo regresso da turbulência aos mercados financeiros internacionais, pelo rápido regresso a políticas económicas mais acomodáticas (nos países desenvolvidos), 2012 surge marcado pela formulação de cenários mais cautelosos e tendencialmente pessimistas.

A disseminação dos efeitos sistémicos da crise da dívida soberana da Área do Euro, a aversão ao risco persistente e o abrandamento no comércio internacional continuaram a afectar a economia mundial, em particular na União Europeia. Os EUA constituíram excepção, tendo beneficiado da recuperação no emprego e correspondente impulso no consumo privado. A evolução recente dos indicadores coincidentes de actividade sugere alguma estabilização económica. Porém, as projecções continuam condicionadas pela elevada incerteza relacionada com o endividamento excessivo das economias desenvolvidas e com a sustentação dos processos de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento. O arrefecimento da actividade económica e a diminuição das pressões inflacionistas permitiram a manutenção - e em alguns casos o reforço - de políticas monetárias de estímulo à actividade económica. O crescimento global deverá desacelerar para pouco mais de 3% depois de 4% estimados em 2011. Positivamente, o estímulo proveniente das maiores economias emergentes continua activo, embora em desaceleração, evitando piores cenários no mundo desenvolvido.

Na Área Euro, o clima de aversão ao risco predominou mas não de forma uniforme. A deterioração da conjuntura económica, as reduções de rating de dívida soberana, e respectiva repercussão em emitentes relacionados como os bancos, e a incerteza quanto ao desfecho da reformulação do quadro institucional europeu suportaram o alargamento dos spreads de crédito, acentuaram a procura por aplicações financeiras em países classificados com melhor qualidade de rating e conduziram a uma depreciação do euro para níveis inferiores a 1,30 dólares. O mercado de acções registou um desempenho distinto e mais favorável, tendo beneficiado da divulgação de resultados empresariais superiores ao esperado e da revisão dos parâmetros de política monetária. Porém, esta recuperação foi insuficiente para anular as perdas acumuladas ao longo de 2011.

Perante a progressão do ciclo vicioso entre risco soberano, sistema bancário e financiamento da economia e a crescente disfuncionalidade do mercado interbancário europeu, o BCE reduziu as taxas de juro para 1%, alargou os prazos de cedência de liquidez ao sistema bancário até três

anos, diminuiu o rácio de reservas mínimas obrigatórias para metade, suavizou os critérios de aceitação de colateral, retomou o programa de aquisição de obrigações hipotecárias e manteve a compra de dívida pública em mercado secundário. Com este conjunto de medidas, que prevalecerá pelo menos nos primeiros meses de 2012, o risco de liquidez dos bancos europeus e a tensão sobre os mercados de dívida soberana de alguns estados membros poderão diminuir.

É esperado que ao longo do ano de 2012, a situação política na Área Euro adquira contornos mais definidos, conduzindo a uma lenta recuperação do ritmo de expansão da região, dependente também do comportamento das economias externas. No conjunto do ano é antecipado que o crescimento se situe pelos 0,2%, sendo o risco no sentido negativo, sendo que a média das previsões aponta para estagnação.

Previsões dos Principais Indicadores (Zona Euro)

	Percentagens Anuais					
	Real			Previsões		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	0,3	-4,2	2,0	1,6	0,6	1,5
Consumo Privado	0,3	-1,7	1,0	0,4	0,4	1,1
Consumo Público	2,3	2,0	0,7	0,3	-0,2	0,1
Investimento Total	-0,9	-12,5	-0,3	1,9	0,8	3,0
Emprego	0,9	-1,9	-0,6	0,4	0,1	0,4
Taxa de Desemprego (a)	7,1	9,0	9,7	9,7	9,8	9,6
Inflação (b)	3,7	1,0	2,1	3,0	2,0	1,8
Deficit Público (% PIB)	-2,4	-6,9	-6,6	-4,7	-3,9	-3,2
Dívida Pública (% PIB)	62,5	74,7	80,3	82,5	84,9	84,9
Conta corrente corrigida de sazonalidade (%GDP)	-2,0	-0,8	-0,8	-0,8	-0,4	-0,2
Contribuições para o crescimento do PIB						
Procura Interna	0,4	-3,2	0,7	0,6	0,3	1,2
Existências	-0,2	-1,1	0,8	0,2	0,0	0,0
Exportações Líquidas	0,1	0,0	0,5	0,7	0,3	0,3

(a) % da Força de Trabalho

(b) Índice harmonizado de preços no consumidor

Fonte : European Economic Forecast, Autumn 2011

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2011/ee6upd_en.htm

Em Portugal, e apesar de uma ligeira melhoria em Dezembro de 2011, os indicadores de confiança mantêm-se em níveis mínimos, reflectindo receios perante o cenário de maior restritividade interna e incerteza a nível europeu. O atual enquadramento surge na sequência do pedido de assistência financeira, em Abril de 2011, junto do FMI/CE/BCE. Deste programa e dos compromissos assumidos como contrapartida, decorre a necessidade de consolidação acelerada das contas do Estado e de cumprimento de um calendário exigente a nível de reformas estruturais. Este continuará a constituir o elemento de influência determinante do comportamento da economia portuguesa. Pela negativa, a procura interna evoluirá também condicionada pelo elevado desemprego e condições de acesso a financiamento mais restritivas. Destaca-se o consumo privado, que deverá sofrer a maior queda desde que há registo, cerca de 6%. Para além do aumento do desemprego, políticas salariais restritivas no setor privado e a

quebra de rendimentos nominais no sector público, o aumento dos impostos e maiores condicionalismos no acesso ao crédito refletir-se-ão no rendimento disponível das famílias. Além de que as medidas restritivas já anunciadas, que irão concretizar-se ao longo de 2012 e a possibilidade de que novas medidas sejam necessárias, deverão condicionar o comportamento dos consumidores, cuja atitude será mais cautelosa, tendendo a racionalizar e adiar consumos.

Previsões dos Principais Indicadores – PORTUGAL

	Percentagens Anuais					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	7.3	-6.6	-1.9	1.7	2.1	3.4
Consumo Privado	9.0	-10.1	-1.6	0.7	1.9	3.4
Consumo Público	7.2	3.1	-5.8	-1.5	1.5	3.5
Formação Bruta de Capital Fixo	15.6	-28.1	-7.3	2.4	2.6	6.5
dos quais equipamento:	10.9	-32.7	-2.0	4.5	2.3	7.5
Exportações (bens e serviços)	8.3	-6.4	13.1	7.3	4.3	5.9
Importações (bens e serviços)	7.9	-20.5	11.6	4.7	4.5	8.5
Rendimento Nacional Bruto (Deflator do PIB)	8.1	-5.1	-1.8	1.1	1.8	3.2
Contribuições para o crescimento do PIB						
Procura interna	11.9	-15.0	-3.9	0.7	2.0	4.1
Inventário	-3.5	1.4	2.3	0.3	0.3	0.6
Exportações Líquida	-1.0	7.0	-0.2	0.7	-0.3	-1.4
Emprego	0.0	-1.8	-1.8	0.1	0.6	0.6
Taxa de Desemprego (a)	5.8	6.9	7.3	8.2	7.8	7.4
Remuneração dos empregados/per capita	31.9	-6.8	1.6	4.7	6.4	8.5
Custos do Trabalho na economia	22.9	-2.0	1.7	3.1	4.9	5.6
Custos do Trabalho por Unidade Produzida	6.6	-6.0	-2.7	-1.8	1.2	0.7
Taxa de poupança das famílias (b)	-1.1	0.0	-	-	-	-
Deflator do PIB	15.3	4.2	4.5	4.9	3.6	4.9
Índice harmonizado de preços no consumidor	7.9	5.6	6.1	5.9	3.4	3.4
Valorização/Degradação dos termos de troca	3.2	0.1	2.4	0.7	-0.2	2.4
Balança Comercial (c)	-13.6	-5.8	-4.8	-3.8	-3.9	-4.0
Balança corrente (c)	-11.4	-4.2	-4.2	-4.1	-5.0	-5.3
Necessidades de financiamento vis à vis Resto do Mundo (c)	-11.0	-3.6	-4.0	-3.9	-4.8	-5.1
Saldo orçamental da administração pública (c)	-5.7	-9.0	-6.9	-4.9	-3.7	-2.9
Saldo orçamental corrigido do ciclo (c)	-8.7	-9.1	-5.9	-3.7	-2.6	-2.2
Saldo orçamental estrutural (c)	-8.3	-9.6	-6.1	-3.7	-2.6	-2.2
Dívida Pública Bruta (c)	13.4	23.6	31.0	34.0	35.8	35.9

(a) Definição Euros tat (b) Poupança bruta/ rendimento bruto disponível. (c) % do PIB

Fonte : European Economic Forecast, Autumn 2011

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2011/ee6upd_en.htm

4. Gestão de Riscos

O controlo e gestão de riscos desempenham um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado da Sucursal, assegurando um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

A definição do perfil de risco e do controlo desse mesmo risco é da responsabilidade da Gerência e em linha com as orientações estratégicas do Grupo.

Tendo em consideração o tipo de actividades que exerce, gestão de activos, a exposição ao risco do Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal é de uma forma geral reduzida,

sendo quase nula nas principais categorias de risco financeiro, conforme descrito na nota 3 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A Sucursal encontra-se abrangida, por normativo emanado pela casa-mãe, relativo às principais linhas orientadoras na gestão da política de riscos do Grupo, no qual a pessoa afeta à função de riscos tem a responsabilidade de identificar um conjunto de controlos que deverão ser periodicamente avaliados e reportadas as exceções numa base trimestral. Anualmente é também enviado um relatório sobre o sistema de controlo interno onde constam as deficiências encontradas e as medidas correctivas introduzidas.

A gestão de riscos na Sucursal baseia-se numa permanente adequação da estratégia e dos meios técnicos e humanos disponíveis que assegurem a sua implementação.

5. A nossa evolução e Análise Financeira

5.1 A nossa evolução

Num contexto económico e financeiro delicado e volátil, a nossa relação com os clientes continua a basear-se na confiança, na proximidade e no diálogo.

A nossa evolução continua a assentar de forma sólida nas nossas especializações de base, que são essencialmente a banca privada e gestão de activos, acrescentando o facto de sermos uma *boutique* de private banking com uma estrutura pequena e flexível, aliada a uma relação de aconselhamento próximo aos clientes.

A nossa visão para a gestão de carteiras baseia-se essencialmente na diversificação de carteiras e estratégia de retorno. Toda a equipa mantém-se particularmente atenta à manutenção da Sucursal e dos seus clientes, tendo em conta os riscos inerentes à atividade.

O volume de activos geridos por conta dos nossos clientes, comprovam a confiança destes na qualidade dos nossos serviços que assentam nas seguintes características versus vantagens para os clientes:

- estrutura plana - mais tempo para o cliente;
- menos burocracia - resposta rápida;
- proximidade da equipa – continuidade de serviços personalizados; e,
- independência - verdadeira arquitectura aberta e oferta imparcial de produtos.

As nossas actividades baseiam-se numa organização eficaz, permanentemente melhorada através de investimentos humanos e informáticos.

5.2 Análise Financeira

O impacto no sector financeiro e na atividade bancária, da acentuada crise financeira global, continuou a revelar-se na actividade da Sucursal do Hyposwiss em Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao resultado líquido do exercício que ascendeu a -491.697 euros, o que representa, contudo, uma melhoria de 34% face ao ano anterior.

Não obstante o resultado negativo do presente ano, há que realçar o facto de que se trata do 3º ano completo de actividade da Sucursal decorridos a par da maior crise financeira dos últimos tempos.

Outros rácios, demonstram todavia que a actividade da Sucursal está a crescer perspectivando-se que brevemente este ciclo irá ser ultrapassado.

Balanço

A 31 de Dezembro de 2011, o total de balanço ascendia a 89.656.871 euros contra 65.483.439 euros em 31 de Dezembro de 2010, equivalendo a uma progressão de 36,92%, explicada maioritariamente pelo aumento das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (81,38 da variação). Os créditos sobre clientes ascenderam a 22.792.642 euros com um aumento de 21,23% face ao ano anterior.

No passivo, os depósitos de clientes apresentaram um aumento de 75,66% e ascenderam a 53.779.624 euros, motivado essencialmente pela preferência por liquidez por parte dos clientes no final de 2011.

Resultados

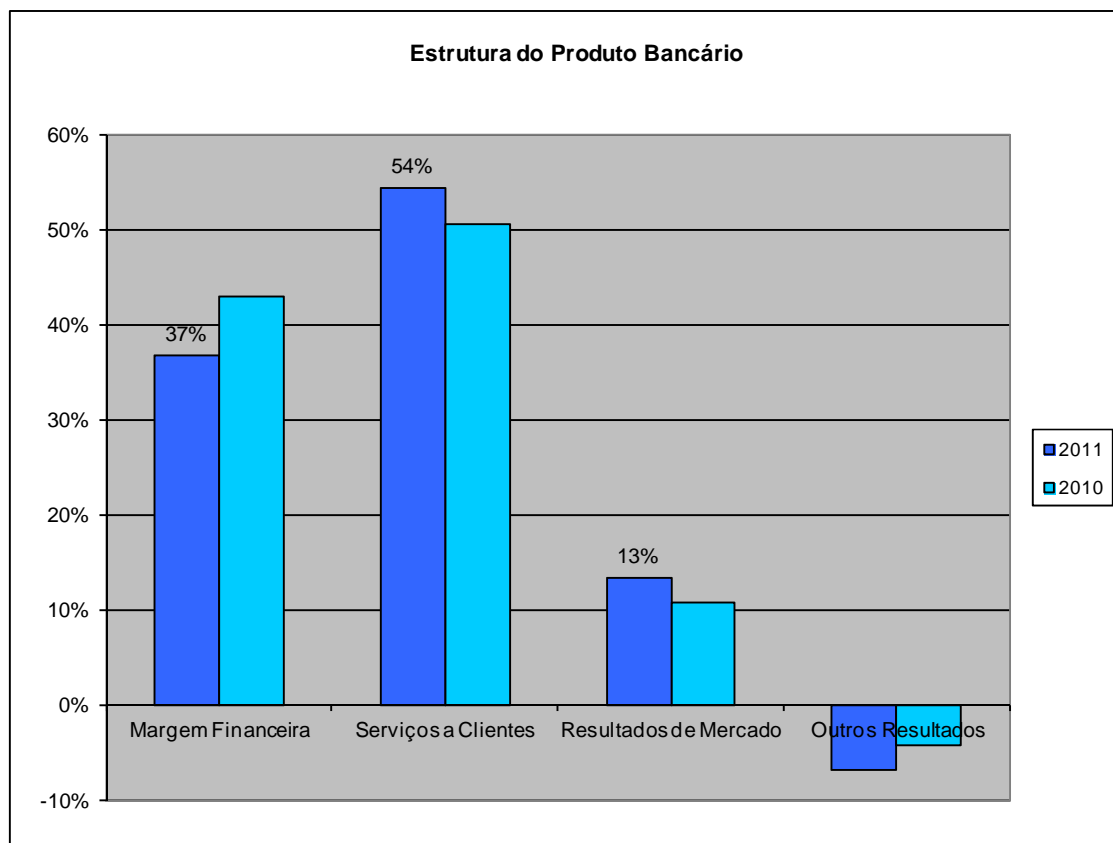
Margem financeira

A margem financeira no final de Dezembro de 2011 apresenta um valor positivo de 555.047 euros, conforme apresentado abaixo, apresentando um aumento de 38,31%. Refira-se que as contrapartes de aplicações são na totalidade Sucursais locais de instituições de crédito

estrangeiras e a nossa Casa-mãe, já que por imposição das políticas de risco do Grupo, a Sucursal não pode efectuar aplicações de tesouraria junto de contrapartes nacionais.

	Dez-11	Dez-10
Proveitos (Juros Activos)	1.151.813	645.916
de Crédito a Clientes	386.078	244.109
de Outras Aplicações	765.735	401.807
Custos (Juros Passivos)	596.766	244.598
de Depósitos de Clientes	446.363	143.178
de Outros recursos	150.403	101.420
Margem Financeira	555.047	401.318

Produto Bancário



No produto bancário da Sucursal são as comissões provenientes de serviços a clientes que representam a percentagem mais significativa, ascendendo a 57%, com um aumento percentual face ao ano anterior de 73%.

Os outros resultados de exploração diminuíram cerca de 168% devido essencialmente à contribuição extraordinária para o sector bancário imposta pelo Governo Português no início de 2011.

Rendibilidade

No exercício de 2011, os principais rácios de rendibilidade apresentam ainda valores negativos, mas com ligeiras melhorias face a 2010. A rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) situou-se em – 3,06 % tendo a rendibilidade líquida do activo (ROA) atingido – 0,72%.

Síntese de Rendibilidade

Rendibilidade	Dez-11	Dez-10
ROA		
Resultado antes de impostos	(542.101)	(970.671)
Activo líquido médio	74.866.220	65.483.439
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio (*)	-0,72%	-1,48%
Produto bancário	1.475.009	936.367
Produto bancário / Activo líquido médio (*)	1,97%	1,43%
ROE		
Capitais próprios médios	17.723.891	17.472.064
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios (-3,06%	-5,56%

(*) Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal

Solvabilidade

À data de 31 de Dezembro de 2011, o rácio de solvabilidade da Sucursal, resultante da aplicação do Aviso do Banco de Portugal nº 6/2010, ascende a 59,62%, continuando a registar valores significativamente acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

Solvabilidade	Dez-11	Dez-10
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	18.096.350	17.569.949
Requisitos de Fundos Próprios * 12,5 (*)	30.354.901	23.616.277
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	59,62%	74,40%
Fundos próprios de base	17.927.254	17.418.745
Requisitos de Fundos Próprios * 12,5(*)	30.354.901	23.616.277
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de base	59,06%	73,76%

(*) Resultantes da aplicação do Aviso do Banco de Portugal nº 6/2010

Indicadores de eficiência e Custos operacionais

No ano de 2011 o valor dos custos operacionais continua a superar o produto bancário (131%). Contudo, os custos com pessoal passaram a estar abaixo do produto bancário representando 75%.

A Sucursal completou em 2011 o seu 3º ano completo de actividade e encontra-se ainda na fase de investimento, pelo que a estrutura de custos continua a ser elevada face ao nível das receitas. É esperado ainda para 2012 uma situação de desequilíbrio nestes rácios, contudo e segundo o orçamento para 2013, estima-se que a Sucursal atinja o “breakeven point”.

Apesar dos indicadores de eficiência e custos operacionais não apresentarem valores equilibrados, verifica-se que o produto bancário da Sucursal aumentou em 57,52% ascendendo em 31 de Dezembro de 2011 a 1.475.009 euros contra 936.368 euros em 31 de Dezembro de 2010. Este acréscimo deveu-se essencialmente ao aumento das comissões de serviços a clientes.

Rácios de Eficiência	Dez-11	Dez-10
Custos operacionais	1.936.217	1.864.008
Produto bancário (*)	1.475.009	936.367
Custos operacionais / Produto bancário (*)	131%	199%
<hr/>		
Custos com pessoal	1.105.760	979.785
Custos com pessoal / Produto bancário (*)	75%	105%

(*) Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal

6. Perspectivas Futuras

Enfrentamos os desafios futuros com confiança, mas também com prudência, tendo em conta a elevada volatilidade dos mercados financeiros e a dimensão da crise financeira.

Sob a pressão das exigências regulamentares locais e internacionais, que são cada vez mais prementes, as áreas de especialização da sucursal irão sofrer evoluções nos próximos tempos. As nossas respostas serão elaboradas o mais adequadamente possível, por forma a satisfazermos da melhor forma as necessidades e expectativas dos nossos clientes.

7. Proposta de aplicação do resultado

Propomos que o prejuízo apurado pela Sucursal em Portugal, no exercício de 2011, no montante de 491.697 euros (quatrocentos e noventa e um, seiscentos e noventa e sete euros), seja transferido para a conta de resultados transitados da Sucursal.

8. Nota Final

A Gerência do Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal, exprime ao Auditor e às Autoridades de Supervisão o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram e manifesta o reconhecimento da confiança que os Clientes e Colaboradores depositaram na Sucursal.

Lisboa, 12 de Março de 2012

A Gerência

Miguel Lopes Marques

Silvia Brito Leal

Simon Cole

9. Demonstrações Financeiras

9.1. Demonstração do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(valores expressos em Euros)

		2011	2010
	Notas		
Juros e rendimentos similares	4	1.151.813	645.916
Juros e encargos similares	4	(596.766)	(244.598)
Margem Financeira		555.047	401.318
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	5	833.874	483.295
Encargos com serviços e comissões	5	(12.410)	(9.302)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(4.310)	31.445
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial	7	207.158	68.575
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	8	(104.350)	(38.963)
Produto Bancário		1.475.009	936.368
Custos com o pessoal	9	1.105.760	979.785
Gastos gerais administrativos	10	782.351	829.771
Depreciações e amortizações	18	48.106	54.452
Provisões líquidas de anulações	23	77.893	43.031
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		3.000	-
Resultado antes de impostos		(542.101)	(970.671)
Impostos Correntes	11	(22.240)	(19.150)
Impostos Diferidos	11	72.644	244.571
Resultado após impostos		(491.697)	(745.250)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		(491.697)	(745.250)
Outro resultado integral do exercício		-	-
Total do rendimento integral do exercício		(491.697)	(745.250)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal
Relatório e Contas

9.2. Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(valores expressos em Euros)

Activo	Notas	31-Dez-11		31-Dez-10	
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	1.089.120	-	1.089.120	616.597
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	6.483.486	-	6.483.486	1.752.786
Activos financeiros detidos para negociação	14	6.986	-	6.986	82.360
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	15	122.950	-	122.950	51.868
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	16	58.196.302	-	58.196.302	43.253.748
Crédito a clientes	17	22.792.642	-	22.792.642	18.801.738
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	18	443.135	276.644	166.491	188.537
Activos intangíveis	18	4.718	4.718	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
Activos por impostos correntes	19	6.917	-	6.917	3.821
Activos por impostos diferidos	11	713.723	-	713.723	641.078
Outros activos	20	78.254	-	78.254	90.906
Total do Activo		89.938.233	281.362	89.656.871	65.483.439

Passivo	Notas	31-Dez-11		31-Dez-10	
Recursos de bancos centrais			-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	14		6.986	76.248	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	21		13.024.010	12.262.022	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	22		53.779.624	30.615.409	-
Responsabilidades representadas por títulos			-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos			-	-	-
Derivados de cobertura			-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda			-	-	-
Provisões	23		254.096	176.203	-
Passivos por impostos correntes	11		22.044	18.393	-
Passivos por impostos diferidos			-	-	-
Instrumentos representativos de capital			-	-	-
Outros passivos subordinados			-	-	-
Outros passivos	24		5.089.744	4.863.100	-
Total do Passivo			72.176.504	48.011.375	

Capital Próprio					
Capital	25		20.000.000	19.500.000	
Prémios de emissão			-	-	
Outros instrumentos de capital			-	-	
Reservas de reavaliação			-	-	
Reserva de ajustamento cambial			-	-	
Outras reservas e resultados transferidos			(2.027.936)	(1.282.686)	
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)			(491.697)	(745.250)	
Total do Capital Próprio			17.480.367	17.472.064	
Total do Passivo + Capital Próprio			89.656.871	65.483.439	

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

9.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(valores expressos em Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	Dez-11	Dez-10
Resultado de Exploração			
Resultado líquido do exercício		(491.697)	(745.250)
Provisões do exercício		77.893	43.031
Amortizações do exercício		48.106	54.452
Impostos		(50.404)	(225.421)
		(416.102)	(873.188)
Variação nos Activos e Passivos Operacionais			
Empréstimos e aplicações em outras instituições de crédito		790.875	10.189.539
Activos financeiros detidos para negociação		75.374	(24.946)
Empréstimos a clientes		(3.990.904)	(5.165.008)
Outros activos		12.652	(22.472)
Recursos de outras instituições de crédito		761.988	1.321.534
Redução de recursos de clientes		23.164.215	15.013.107
Passivos financeiros detidos para negociação		(69.262)	20.393
Outros passivos		226.644	1.045.407
Amortizações		(48.106)	(54.452)
Impostos sobre o rendimento/Outros impostos		(21.686)	(11.254)
		20.901.790	22.311.848
Fluxos das Actividades Operacionais		20.485.688	21.438.660
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Activos tangíveis		22.046	51.740
Activos intangíveis		-	-
Aquisição de obrigações		(71.082)	2.983
		(49.036)	54.723
Fluxos das Actividades de Investimento		(49.036)	54.723
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos distribuídos no exercício		-	-
Juros pagos de obrigações subordinadas		-	-
Aumento de capital		500.000	500.000
Fluxos das Actividades de Financiamento		500.000	500.000
Total		20.936.652	21.993.383
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período		32.429.383	10.436.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	53.366.035	32.429.383
Total caixa e seus equivalentes		20.936.652	21.993.383

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

9.4. Demonstração de alterações do capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(valores expressos em Euros)

	Notas	Capital	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total de Capitais Próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		<u>19.000.000</u>	<u>(395.226)</u>	<u>(887.460)</u>	<u>17.717.314</u>
Aumento de Capital		500.000			500.000
Outras reservas e resultados transitados				887.460	887.460
Resultado do exercício			(887.460)	(745.250)	(1.632.710)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		<u>19.500.000</u>	<u>(1.282.686)</u>	<u>(745.250)</u>	<u>17.472.064</u>
Aumento de Capital		500.000			500.000
Outras reservas e resultados transitados				745.250	745.250
Resultado do exercício			(745.250)	(491.697)	(1.236.947)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	25	<u>20.000.000</u>	<u>(2.027.936)</u>	<u>(491.697)</u>	<u>17.480.367</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

10. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(valores expressos em euros)

1. Nota Introdutória

O Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal (adiante designado por “Hyposwiss” ou “Sucursal”), foi constituído em Lisboa a 22 de Abril de 2008, tendo sido autorizada pelo Banco de Portugal em 23 de Maio de 2008. A Sucursal então constituída assumiu em 1 de Junho de 2008 por operação de trespasse, a plenitude dos activos, obrigações e direitos com referência à actividade já desenvolvida pelo Anglo Irish Bank, Sucursal em Portugal (incluindo os direitos e obrigações contratuais assumidas pelo Anglo Portugal com terceiras entidades, tais como: clientes, fornecedores e colaboradores).

A Sucursal tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços associadas ao Private Banking, designadamente operações de crédito, operações nos mercados de títulos, serviços de consultoria e serviços de gestão de carteiras.

A empresa-mãe da Sucursal é o Hyposwiss Private Bank Genève SA, com sede em Rue des Alpes 7, Geneva, Suíça, o qual é detido em 100% pela instituição financeira St. Galler Kantonalbank, com sede, igualmente, na Suíça.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência da Sucursal em 12 de Março de 2012.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sucursal referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal no seu Aviso nº 1/2005 de 28 de Fevereiro, que conjuntamente com o Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro procedem à transposição para a legislação portuguesa do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como:

- a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada de acordo com o disposto no Aviso nº 1/2005;

- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tabela de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente; e
- os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As seguintes normas, alterações e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2011 mas não são relevantes para a actividade da Sucursal:

IAS 32 (alteração) – Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos

IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das IFRS

IAS 24 (alteração) – Partes relacionadas

IFRIC 14 (Alteração) – IAS 19 – Limitação aos activos decorrentes de plano de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas

IFRIC 19 – Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital

É convicção da Gerência que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Sucursal.

As seguintes normas, alterações e interpretações, apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho ou em data posterior:

IFRS 1 (alteração) – Adopção pela primeira vez das IFRS

IFRS 7 (alteração) – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros

IAS 12 (alteração) – Impostos sobre o rendimento

IAS 1 (alteração) – Apresentação de demonstrações financeiras

IFRS 9 (novo) – Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

IFRS 10 (novo) – Demonstrações financeiras consolidadas

IFRS 11 (novo) – Acordos conjuntos

IFRS 12 (novo) – Divulgação de interesses em outras entidades

IFRS 13 (novo) – Justo valor: mensuração e divulgação

IAS 27 (revisão 2011) – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

IAS 19 (revisão 2011) – Benefícios aos empregados

IFRS 7 (alteração) – Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros

IAS 32 (alteração) – Compensação de activos e passivos financeiros

IFRIC 20 (nova) – Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos de negociação.

As demonstrações financeiras da Sucursal foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

2.2. Activos Financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos pela Sucursal na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

A Sucursal classifica os seus activos financeiros como activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e empréstimos e contas a receber. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Sucursal ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Sucursal tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.2.1 Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria está subdividida em duas categorias: Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria, como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

Apenas podem ser considerados na opção de justo valor, os Activos e Passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- Permite a redução de inconsistências significativas na mensuração, no caso em que derivados associados fossem tratados como detidos para negociação e os instrumentos financeiros subjacentes estiverem ao custo amortizado, tal como empréstimos e adiantamentos de clientes ou bancos e títulos de dívida;
- Alguns investimentos, tais como investimentos de capital, que são geridos e avaliados ao justo valor de acordo com a gestão do risco ou a estratégia de investimento e são reportados à gestão nessa base; e
- Instrumentos financeiros, como títulos de dívida detidos, contendo um ou mais derivados embutidos que modificam significativamente os fluxos de caixa, são designados pelo justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente ou em cada data de reporte, com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante de juros corridos e não pagos.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e o recebimento de dividendos para os activos de negociação e para os passivos ao justo valor. Os rendimentos de juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados estão registados na margem financeira.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor dos derivados que são geridos em conjunto com os activos e passivos financeiros designados são incluídos na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A Sucursal adoptou o “ Fair value option” para as obrigações do tesouro detidas em carteira própria, com o objectivo específico de constituírem penhor a favor do Sistema de Indemnização ao Investidor (SII), de acordo com o definido no Regulamento nº2/2000 da CMVM.

2.2.2 Crédito e outros valores a receber

A rubrica de crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pela Sucursal, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, sendo apresentado em balanço deduzido de provisões para risco de crédito.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais da Sucursal à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.2.3 Provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito

A Sucursal constitui provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito, de acordo com a actual versão do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

(i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão, apresentada no activo como dedução à rubrica de Crédito a Clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é função do período decorrido após o respectivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

(ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa são apresentadas no activo como dedução à rubrica de Crédito a Clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

a) as prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

(i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

(ii) estarem em incumprimento há mais de:

seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;

vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

b) os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos.

(iii) Provisão para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito apresentada no passivo na rubrica Provisões, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas nos avisos acima mencionados, é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente.

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões", e corresponde a 1,5% do total do crédito ao consumo não vencido e a 1% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga. Para créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária quando o imóvel se destine a habitação do mutuário, a provisão a aplicar é de 0,5%. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo, assim como as operações com instituições de crédito da zona A ou por elas garantidas.

2.3 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados, conforme aplicável. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, no caso dos valores daí resultantes serem significativos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

2.4. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de Juros e rendimentos similares ou Juros e encargos similares pelo princípio da especialização, sendo apurados com base no método *pro rata temporis*, excepto quando a diferença entre este método e o da taxa efectiva seja significativo, caso em que este último é utilizado.

2.5. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método financeiro.

2.6. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de Anos</u>
Obras em Imóveis Arrendados	10 anos
Mobiliário e material	8 anos
Instalações Interiores	10 anos
Outro equipamento	4 a 8 anos

2.7. Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas pelo método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

Os encargos com a manutenção de software são reconhecidos como custo quando incorridos.

A Sucursal não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de contratação e em que não exista perda de valor pela mobilização atempada ou seja efectivamente disponível, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais dada a sua indisponibilidade.

2.9. Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando a Sucursal tem um direito legal de compensar valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

2.10. Transacções em moeda estrangeira

A Sucursal regista as suas transacções em Euros encontrando-se as presentes demonstrações financeiras expressas na mesma moeda.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos

à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista

- A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo

- A posição cambial a prazo referente a cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas contratadas, que representam o proveito ou custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

2.11. Impostos sobre lucros

A Sucursal está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, se decompõe da seguinte forma:

	2011	2010
IRC - Aplicável ao lucro tributável < EUR 12.500	12,5%	12,5%
IRC - Aplicável ao lucro tributável > EUR 12.500	25,0%	25,0%
Derrama (calculada sobre o lucro tributável inferior a EUR 2 milhões)	1,5%	1,5%
Derrama (calculada sobre o lucro tributável superior a EUR 2 milhões)	2,5%	2,5%

A Sucursal regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

2.12. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável da Sucursal, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

De acordo com a actividade desenvolvida pela Sucursal, os elementos do balanço e demonstração de resultados são enquadráveis num único segmento de negócio “ Private Banking” sendo principalmente desenvolvida no mercado nacional.

Um segmento geográfico é um componente identificável da Sucursal, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Sucursal opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sucursal tem uma obrigação presente, legal e construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor da obrigação.

2.14. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sucursal efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Provisões para crédito concedido

A Sucursal apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito, adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

Impostos diferidos

A Sucursal reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base a legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Prémios de desempenho

A Sucursal reconheceu um montante de prémios de desempenho a pagar em 2012, relativos ao exercício de 2011, que se encontra devidamente reflectido nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2011.

3. Gestão de risco

A Gerência da Sucursal é responsável por definir os objectivos da actividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

Tendo em consideração o tipo de actividades que exerce, prestação de todos os serviços associados ao Private Banking, a exposição ao risco do Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal é de uma forma geral reduzida, sendo quase nula nas principais categorias de risco financeiro conforme abaixo se discrimina.

No âmbito da sua actividade, a principal fonte de receitas da Sucursal advém das comissões recebidas relativas à gestão de activos por contra de outrem e da aplicação da sua liquidez junto da sua sede.

3.1 Risco de crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou da contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sucursal no âmbito da sua actividade de concessão de crédito. O risco de crédito está essencialmente presente em produtos bancários tais como empréstimos, garantias e outros passivos contingentes.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado no quadro abaixo:

Tipo de instrumento financeiro	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.483.486	-	6.483.486	1.752.786	-	1.752.786
Activos financeiros detidos para negociação	6.986	-	6.986	82.360	-	82.360
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	122.950	-	122.950	51.868	-	51.868
Aplicações em Instituições de Crédito	58.196.302	-	58.196.302	43.253.748	-	43.253.748
Crédito a Clientes	22.792.642	-	22.792.642	18.801.738	-	18.801.738
	87.602.366	-	87.602.366	63.942.500	-	63.942.500
Extrapatrimoniais:						
Garantias Prestadas	964.344	-	964.344	305.719	-	305.719
	964.344	-	964.344	305.719	-	305.719
	88.566.710	-	88.566.710	64.248.219	-	64.248.219

O quadro acima representa o pior cenário a nível de exposição da Sucursal a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição acima é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Como se pode observar no quadro acima, 65,71% e 67,32% do total da exposição máxima, respectivamente para 2011 e 2010, corresponde à rubrica de aplicações em instituições de crédito. Estas aplicações são efectuadas na sede da Sucursal e também em sucursais em Portugal de Instituições de crédito estrangeiras – Barclays Bank, BNP Paribas e Deutsche Bank, bem como junto do Millennium BCP.

A segunda exposição máxima, é de 25,73% e 29,26% a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, e corresponde ao crédito a clientes. A Gerência está confiante na sua capacidade de continuar a controlar

e manter uma exposição mínima ao risco de clientes, baseando-se no facto de que 96,59% do montante de crédito a clientes tem garantias reais e que não existe crédito vencido.

Qualidade de crédito dos activos financeiros

A Sucursal não dispõe de modelos de rating internos. Contudo, foram desenvolvidos critérios de concessão de crédito assim como políticas e procedimentos que permitem assegurar um nível de risco adequado à estrutura e dimensão da Sucursal e das suas operações, sendo de salientar as seguintes:

- Todas as propostas de crédito são submetidas à avaliação pelo comité de crédito da sede em Genève, com aprovação prévia por parte da administração da Sucursal Portuguesa;
- Gestão do risco de crédito pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais;
- Após aprovação, a performance do crédito é monitorizada constantemente permitindo a identificação de aumento da exposição; e,
- Existência de uma *watch list* que integra os clientes que, por diferentes razões e não necessariamente por experiência de incumprimentos – tem a Sucursal (em conjunto com a casa mãe) por justificado serem merecedores de especial atenção e monitorização.

Colaterais

A Sucursal utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias e colaterais aquando de adiantamento de fundos. Os principais tipos de colateral para crédito e valores a receber são a hipoteca de bens imóveis, e o penhor de instrumentos financeiros e de depósitos a prazo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o justo valor das garantias e colaterais aceites, pode ser analisado conforme se segue:

Tipo de Garantia	31-Dez-11	31-Dez-10
Garantias hipotecárias	13.037.835	21.650.000
Penhor de títulos	6.520.000	14.671.329
Penhor de depósitos a prazo	14.447.270	4.230.000
	<u>34.005.105</u>	<u>40.551.329</u>

O justo valor das garantias hipotecárias manteve-se de Dezembro de 2010 para Dezembro de 2011, contudo, por prudência, a Gerência ajustou o valor contabilizado para o valor máximo da hipoteca.

Concentração Sectorial

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Promoção imobiliária; construção de edifícios	1.423.800	1.688.364
Agricultura	4.474.032	4.419.627
Comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos	503.312	480.305
Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1.504.900	1.503.900
Actividades imobiliárias	2.000.405	2.716.537
Actividades desportivas	499.282	0
Actividades de Medicina	335.463	241.449
Turismo no espaço rural	505.148	504.023
Fabricação de calçado	449.019	46.303
Extracção de saibro, areia e pedra britada	342.690	0
Outras actividades de serviços	10.754.591	7.201.230
	<u>22.792.642</u>	<u>18.801.738</u>

3.2 Risco de mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado surge na medida em que a Sucursal pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que possam afectar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente à carteira de valores mobiliários detidas pela Sucursal não é relevante, na medida em que contém apenas obrigações do tesouro adquiridas para fazer face a requisitos do Sistema de Indemnização ao Investidor (SII).

No entanto, a Sucursal encontra-se exposta de uma forma indirecta a risco de mercado, facto este que está relacionado com o impacto potencial que poderá advir nas carteiras de clientes geridas pela Sucursal, quer por via da sua desvalorização, quer pela saída de clientes.

O valor dos títulos registados fora de balanço, sob gestão da Sucursal, ascendiam a 31 de Dezembro de 2011 a 92.900.121 euros (2010: 69.428.424 euros)

A Sucursal actua activamente na mitigação deste risco através de adequação de produtos tendo em conta o perfil de cada cliente. Para além disso, a Sucursal tem como ponto estratégico a diversificação de carteiras controlando trimestralmente os valores acima de 10% de exposição.

3.3 Risco cambial

O Risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocada por alterações de preço de instrumentos que correspondem a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

A Sucursal encontra-se exposta a um risco cambial reduzido, uma vez que 93,51% e 94,08% dos activos e 91,94% e 91,93% dos passivos, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, são denominados em Euros. Os activos e passivos denominados noutras moedas são acompanhados através de controlo diário.

O contravalor, em euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2011, decompõe-se como segue:

Activo	Dólar Norte Americano	Franco Suíço	Libra Esterlina	Dólar Canadiano	Dólar Australiano	Coroa Norueguesa	Coroa Sueca
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	277.848	345.035	53.836	331.168	42.987	1.076.568	209.517
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	3.479.891	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	0	-	-	-	26	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	2.267	-	-	-	354	-	-
Total do Activo	3.760.006	345.035	53.836	331.168	43.367	1.076.568	209.517
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.753.772)	(345.876)	(53.509)	(329.084)	(38.716)	(1.066.573)	(209.239)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(5.717)	841	(328)	(2.085)	(4.652)	(9.995)	(278)
Total do Passivo	(3.759.489)	(345.035)	(53.837)	(331.169)	(43.368)	(1.076.568)	(209.517)
Exposição Líquida	517	0	(1)	(1)	(1)	-	-

O contravalor, em euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2010, decompõe-se como segue:

Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal
Relatório e Contas

Activo	Dólar Norte Americano	Franco Suíço	Libra Esterlina	Dólar Canadiano	Dólar Australiano
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.202	193.461	166.394	2	971
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	3.477.045	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	24	24	-
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
Outros activos	5.934	28	-	-	-
Total do Activo	3.515.181	193.489	166.418	26	971
Passivo					
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.513.188)	(193.435)	(166.698)	(1)	(885)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(1.232)	(51)	280	(25)	(86)
Total do Passivo	(3.514.420)	(193.486)	(166.418)	(26)	(971)
Exposição Líquida	760	4	-	-	-

3.4 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na probabilidade de ocorrência de perdas devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. Dada a estrutura de balanço da Sucursal, verifica-se que este risco é praticamente nulo ou inexistente.

Decomposição do balanço remunerado da Sucursal

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Montante	%	Montante	%
Activo remunerado	82.201.014	91,69%	62.723.951	95,79%
Activo não remunerado	7.448.940	8,31%	2.755.668	4,21%
Total de Activo	89.649.954	100,00%	65.479.619	100,00%
Passivo remunerado	38.012.308	52,67%	29.624.825	61,70%
Passivo não remunerado	34.164.196	47,33%	18.386.552	38,30%
Total de Passivo	72.176.504	100,00%	48.011.377	100,00%

Os activos remunerados correspondem a aplicações junto da sede, Barclays Bank, Deutsche Bank, BNP Paribas e Millennium BCP e a crédito concedido a clientes e encontram-se relacionados com os passivos remunerados que correspondem a depósitos da sede junto da Sucursal e a depósitos a prazo de clientes.

Para todas as operações activas (crédito concedido) e passivas (constituição de depósitos a prazo) contratadas com clientes, a Sucursal procede na maioria das situações à cobertura do risco de taxa de juro através da contratação de uma operação semelhante (no que respeita ao montante e datas de vencimento ou de próxima revisão da taxa de juro) junto da Casa-Mãe ou outra instituição financeira sediada em Portugal, sendo o diferencial que se verifica entre as taxas contratadas com os clientes e com as instituições referidas correspondente ao *spread* aplicado. A diferença entre os activos remunerados e os passivos remunerados ascende a cerca de 44.000.000 euros, os quais incluem as aplicações efectuadas junto da casa mãe e do Barclays Bank respeitante ao valor do capital, o qual não tem correspondência no passivo, e a cerca de 24.000.000 euros contabilizados em depósitos à ordem de clientes e que não são remunerados.

A tabela abaixo apresenta a sensibilidade da Sucursal ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações e recursos contratados.

31 de Dezembro de 2011

	A 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.089.120	-	-	-	-	-	1.089.120
Disponibilidades em IC's	-	-	-	-	-	6.483.486	6.483.486
Aplicações em IC's	38.359.039	7.898.743	6.019.005	5.919.515	-	-	58.196.302
Crédito a Clientes	4.873.704	2.692.069	2.265.918	12.960.951	-	-	22.792.642
	44.321.863	10.590.812	8.284.923	18.880.466	-	6.483.486	88.561.550
Recursos de IC's	3.706.614	6.313.896	1.003.172	2.000.328	-	-	13.024.010
Recursos de clientes	6.619.683	6.488.072	6.016.814	5.863.729	-	28.791.326	53.779.624
	10.326.297	12.801.968	7.019.986	7.864.057	-	28.791.326	66.803.634
Gap de taxa de juro	33.995.566	(2.211.156)	1.264.937	11.016.409	-	(22.307.840)	21.757.916
Gap de taxa de juro acumulado	33.995.566	31.784.410	33.049.347	44.065.756	44.065.756	21.757.916	

31 de Dezembro de 2010

	A 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Sem Rentabilidade	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	616.597	-	-	-	-	-	616.597
Disponibilidades em IC's	-	-	-	-	-	1.752.786	1.752.786
Aplicações em IC's	33.533.812	956.148	3.603.889	5.159.899	-	-	43.253.748
Crédito a Clientes	11.128.607	3.888.537	1.129.229	2.655.365	-	-	18.801.738
	45.279.016	4.844.685	4.733.118	7.815.264	-	1.752.786	64.424.869
Recursos de IC's	6.955.098	2.806.254	500.420	2.000.250	-	-	12.262.022
Recursos de clientes	7.873.532	872.386	3.463.446	5.153.439	-	13.252.606	30.615.409
	14.828.630	3.678.640	3.963.866	7.153.689	-	13.252.606	42.877.431
Gap de taxa de juro	30.450.386	1.166.045	769.252	661.575	-	(11.499.820)	21.547.438
Gap de taxa de juro acumulado	30.450.386	31.616.431	32.385.683	33.047.258	33.047.258	21.547.438	

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis.

Analisando-se a estrutura de balanço da Sucursal, verifica-se que os níveis de liquidez da Sucursal são adequados aos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos.

Os quadros seguintes apresentam o balanço, no final do mês de Dezembro de 2011 e 2010, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento residuais. De acordo com o requerido pelo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgações, foram incluídos os cash flows totais previstos, incluindo os juros totais. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2011

	A vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.089.120	-	-	-	-	-	1.089.120
Disponibilidades em IC's	6.483.486	-	-	-	-	-	6.483.486
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	122.950	-	-	122.950
Aplicações em IC's	-	46.295.732	12.054.118	-	-	-	58.349.850
Crédito a Clientes	184.349	7.391.118	15.294.214	-	-	-	22.869.681
Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	25.895	37.176	6.675	-	-	69.746
	<u>7.756.955</u>	<u>53.712.745</u>	<u>27.385.508</u>	<u>129.625</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.984.833</u>
Recursos de IC's	303.809	9.726.213	3.048.851	-	-	-	13.078.873
Recursos de clientes	28.791.326	13.131.422	11.988.052	-	-	-	53.910.800
Outros passivos	-	106.940	437.941	4.514.016	-	-	5.058.897
	<u>29.095.135</u>	<u>22.964.575</u>	<u>15.474.844</u>	<u>4.514.016</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.048.570</u>
Gap de liquidez	(21.338.180)	30.748.170	11.910.664	(4.384.391)	-	-	16.936.263
Gap de liquidez acumulado	(21.338.180)	9.409.990	21.320.654	16.936.263	16.936.263	16.936.263	-

	A vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	6.986	-	-	-	-	6.986
	<u>-</u>	<u>6.986</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.986</u>
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6.986	-	-	-	-	6.986
	<u>-</u>	<u>6.986</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.986</u>
Gap de liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Gap de liquidez acumulado	-	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2010

	A vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	616.597	-	-	-	-	-	616.597
Disponibilidades em IC's	1.752.786	-	-	-	-	-	1.752.786
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	51.868	-	-	51.868
Aplicações em IC's	-	34.504.347	8.855.736	-	-	-	43.360.083
Crédito a Clientes	6.441.417	8.586.147	3.843.489	-	-	-	18.871.052
Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	15.931	19.218	40.593	-	15.164	90.906
	<u>8.810.799</u>	<u>43.106.425</u>	<u>12.718.442</u>	<u>92.461</u>	<u>-</u>	<u>15.164</u>	<u>64.743.292</u>
Recursos de IC's	5.557	7.214.461	2.533.475	-	-	2.546.359	12.299.852
Recursos de clientes	7.877.280	874.631	8.701.959	13.252.606	-	-	30.706.476
Outros passivos	-	63.850	355.659	40.557	-	4.403.034	5.058.897
	<u>7.882.837</u>	<u>8.152.942</u>	<u>11.591.093</u>	<u>13.293.163</u>	<u>-</u>	<u>6.949.393</u>	<u>48.065.224</u>
Gap de liquidez	927.962	34.953.483	1.127.349	(13.200.702)	-	(6.934.229)	16.678.067
Gap de liquidez acumulado	927.962	35.881.446	37.008.795	23.808.093	23.808.093	16.873.864	-

Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal
Relatório e Contas

	A vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem classificação	Total
Activos financeiros detidos para negociação	-	82.360	-	-	-	-	82.360
	-	82.360	-	-	-	-	82.360
Passivos financeiros detidos para negociação	-	76.248	-	-	-	-	76.248
	-	76.248	-	-	-	-	76.248
Gap de liquidez	-	6.112	-	-	-	-	6.112
Gap de liquidez acumulado	-	6.112	6.112	6.112	6.112	6.112	

As datas dos montantes contratuais dos instrumentos financeiros fora de Balanço da Sucursal que a comprometem a estender o crédito a clientes e outras facilidades, que dizem respeito aos montantes não utilizados de linhas de crédito concedidas, analisam-se como segue:

31 de Dezembro de 2011

	Até 3 meses	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compromissos					
Créditos revogáveis	906.890	1.143.757	-	-	2.050.647

31 de Dezembro de 2010

	Até 3 meses	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compromissos					
Créditos revogáveis	72.459	993.824	-	-	1.066.283

3.6 Risco operacional

O risco operacional advém da eventualidade de perdas originadas por falhas na adopção e execução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por acontecimentos externos à sucursal. A referida probabilidade de perda pode decorrer de falhas de análise, processamento ou liquidação de operações, de fraudes internas ou externas, da inoperacionalidade das infra-estruturas, da utilização de recursos em regime de outsourcing e da insuficiência ou inadequação dos recursos humanos.

Foram desenvolvidos pela sucursal políticas e procedimentos com o objectivo de monitorizar e controlar o risco operacional, dispondo de um sistema de controlo interno adaptado à sua estrutura e dimensão, sujeito ao controlo da auditoria interna do grupo.

O sistema bancário principal é providenciado pelo prestador de serviços da sede, o Credit Agricole (Suisse) S.A.

Este sistema informático é também utilizado por outras instituições bancárias ou financeiras, designadamente pela filial do Credit Agricole no Luxemburgo, o que atesta a conformidade deste sistema com a legislação comunitária, nomeadamente com a Directiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF). Este

sistema informático é objecto de certificação, decorrente da realização de uma auditoria efectuada de acordo com a norma de auditoria SAS 70.

Adicionalmente, refere-se ainda que este sistema está devidamente segregado daquele que é utilizado por outras entidades, incluindo a sede, sendo contudo possível obter informação financeira, com vista à preparação de relatórios consolidados para cumprimento dos deveres de informação decorrentes da lei Suíça. O referido sistema (designado “S2i”) é um sistema devidamente integrado de gestão de investimentos e permite aceder aos seguintes serviços:

- Contabilidade e prestação de informação a clientes;
- Ferramentas de gestão de investimentos;
- Compra e venda de valores mobiliários;
- Depósitos e empréstimos;
- Serviços de back-office relativos a valores e garantias, transferências, contabilidade de custódia (custody accounting) e eventos societários;
- Gestão de tesouraria e cambial;
- Contabilidade da Sucursal; e
- Ferramentas de cumprimento das exigências legais e regulamentares, incluindo uma completa base de dados dos clientes no âmbito do procedimento KYC (“know your customer”).

O sistema foi concebido para que, além da existência de um relacionamento com um dos maiores bancos portugueses, o Banco Comercial Português, o qual providencia a ligação com os sistemas de pagamento e compensação portugueses, a sede é o único intermediário, corretor e depositário. Consequentemente, a maioria das actividades de gestão de investimentos e client banking, bem como os correspondentes riscos operacionais estarão sob o controlo da casa-mãe. Os riscos de mercado e operacionais são, assim, transferidos da Sucursal para a sua sede na Suíça.

3.7 Gestão do capital

Os fundos próprios da Sucursal são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso nº 6/2010 do Banco de Portugal. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2).

Os fundos próprios de base integram o capital alocado à Sucursal, com a dedução dos resultados negativos do exercício, os activos intangíveis e os impostos diferidos activos associados às provisões para riscos gerais de crédito.

Os fundos próprios complementares englobam as provisões para riscos gerais de crédito.

Os requisitos de fundos próprios foram determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, com utilização do método padrão.

	31-Dez-11	31-Dez-10
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado	20.000.000	19.500.000
Resultados transitados do exercício anterior	(2.027.936)	(1.282.685)
Resultados negativos do exercício	-	(745.250)
Activos intangíveis	-	-
Impostos diferidos activos associados às provisões para riscos gerais de crédito	(44.810)	(53.319)
	<u>17.927.254</u>	<u>17.418.745</u>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
"Upper" Tier 2	169.096	176.203
"Lower" Tier 2	-	-
	<u>169.096</u>	<u>176.203</u>
<i>Fundos Próprios Totais</i>	<u>18.096.350</u>	<u>17.594.948</u>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Requisitos exigidos pelo Aviso nº 8/2010	2.428.392	1.889.302
<i>Rácios de Solvabilidade</i>	59,62%	74,50%

4. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Juros e rendimentos similares		
Juros e rendimentos - disponibilidades mínimas - BdP	9.152	4.781
Juros e rendimentos - depósitos à ordem	7.025	2.698
Juros e rendimentos - depósitos a prazo - Barclays, BNP Paribas	592.663	318.291
Juros e rendimentos - depósitos a prazo - sede	149.866	73.537
Juros e rendimentos - depósitos a prazo - outras instituições de crédito	1.457	0
Juros e rendimentos - empréstimos de clientes	238.399	164.357
Juros e rendimentos - descobertos em depósitos à ordem	147.679	79.752
Juros de outros activos financeiros ao justo valor	5.572	2.500
	<u>1.151.813</u>	<u>645.916</u>
Juros e encargos similares		
Juros e encargos - depósitos de clientes	446.363	143.178
Juros e Encargos - depósitos - Geneve	150.403	101.420
	<u>596.766</u>	<u>244.598</u>
Margem financeira	<u>555.047</u>	<u>401.318</u>

A rubrica de Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 22) apresenta uma variação positiva de 125,36%, comparando saldos médios mensais do anos de 2011 e de 2010, refletindo-se no aumento dos juros e encargos com depósitos de clientes.

A rubrica de Aplicações em instituições de crédito (nota 16) e Crédito a clientes (nota 17) apresentam uma variação positiva em termos de saldos médios de respectivamente 48,27% e 13,45%, comparando o ano de 2011 e de 2010, reflectindo-se no aumento dos juros e rendimentos.

5. Resultado de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Garantias e avals	6.380	3.124
Depósito e guarda de valores	38.670	28.247
Transferência títulos	1.463	356
Administração de valores	281.741	86.780
Transferência de valores	12.030	10.945
Outras operações de crédito	2.700	4.460
Outros serviços prestados	27.424	17.114
Operações realizadas com títulos	271.854	216.999
Outras comissões realizadas por conta de terceiros	2.595	6.079
Outras Comissões	189.017	109.191
	<u>833.874</u>	<u>483.295</u>
Encargos com serviços e comissões		
Depósito e guarda de valores	2.959	2.372
Encargos com serviços e comissões	9.451	6.930
Operações realizadas com títulos	-	-
	<u>12.410</u>	<u>9.302</u>
Resultados de Serviços e Comissões	<u>821.464</u>	<u>473.993</u>

O montante registado em Outras comissões que ascende em Dezembro de 2011 a 189.017 euros diz respeito a serviços prestados pela Sucursal à casa mãe, respeitantes a clientes ou potenciais clientes de nacionalidade portuguesa ou que têm como língua materna o português, quer sejam residentes ou não em Portugal.

O montante registado em Administração de valores ascende em Dezembro de 2011 a EUR 281.741 e apresenta uma variação positiva de 224,66% face a Dezembro de 2010. Esta variação está relacionada com o respectivo aumento de Activos sob Gestão Discricionária os quais registaram uma evolução positiva de 415,2% comparando Dezembro de 2011 e Dezembro de 2010.

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Lucros em instrumentos derivados - operações a prazo - divisas	181.334	76.358
Prejuízos em instrumentos derivados - operações a prazo - divisas	(168.893)	(41.930)
Dívida pública portuguesa	(16.751)	(2.983)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	<u>(4.310)</u>	<u>31.445</u>

7. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Lucros em operações cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	228.677	70.000
	228.677	70.000
Prejuizos em operações cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	21.519	1.425
	21.519	1.425
Resultados de reavaliação cambial	207.158	68.575

8. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Rendimentos da prestação de serviços diversos	112	149
Donativos e Quotizações	-	(150)
Fundo de Garantia de Depósitos	(17.500)	(35.000)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(18.694)	-
Sistema de Indemnização a Investidores	(29.372)	(2.500)
Outros	-	(250)
Impostos	(38.896)	(1.212)
Outros resultados de exploração	(104.350)	(38.963)

A rubrica de falhas na gestão e execução de procedimentos em 31 de Dezembro de 2011 está inteiramente relacionada com um erro operacional numa transacção de bolsa.

A rubrica de outros impostos aumentou significativamente devido à contribuição extraordinária no sector bancário, imposta pelo Governo português no decorrer de 2011.

9. Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Remunerações do órgão de gestão	200.630	177.997
Remuneração de empregados	654.236	572.303
Encargos relativos a remunerações	164.847	139.435
Outros custos com pessoal	86.047	90.050
Total de custos com pessoal	1.105.760	979.785

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o efectivo de trabalhadores ao serviço da Sucursal, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2011	2010
Direcção/Gerência	2	2
Comercial	6	5
Específicas / Técnicas	1	1
Outras funções	4	2
	<u>13</u>	<u>10</u>

O quadro de pessoal aumentou em 3 pessoas, uma para a área comercial e duas pessoas para as áreas financeira e operacional, que já se encontravam a colaborar com a Sucursal em regime de outsourcing, primeiro numa fase de substituição de empregados que se encontravam de baixa.

No âmbito do processo de reestruturação a Sucursal, no decorrer de 2009, levou a cabo um processo de despedimento colectivo determinado por motivos económicos e estruturais. No decorrer deste processo foram abrangidos dois colaboradores, tendo um destes aceite por mútuo acordo as condições propostas pelo Hyposwiss. Contudo, o segundo elemento interpôs uma acção contra a Sucursal, por não concordância com os factos apresentados pelo Banco.

A petição inicial foi comunicada pelo antigo colaborador e o Hyposwiss contestou em meados de Janeiro de 2010. Tendo em consideração que a Gerência aguarda desenvolvimentos do processo por parte do Tribunal, é prematuro prever o desfecho do processo Judicial. Assim e conforme referido na nota 24, apenas se encontra registado em Outros passivos o montante de indemnização e acerto de contas pago a este colaborador, o qual foi por ele devolvido à Sucursal.

Durante o ano de 2011 não existiram quaisquer desenvolvimentos respeitantes a este processo.

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011	2010
Suporte informático	300.000	300.000
Rendas e alugueres	191.116	183.242
Deslocações, estadas e representação	60.834	49.996
Avenças e honorários	60.334	103.070
Consultores e auditores externos	53.741	86.310
Comunicações	57.879	51.714
SIBS	11.950	13.354
Material de consumo corrente	18.399	9.922
Outros Valores < 10.000	28.098	32.163
	<u>782.351</u>	<u>829.771</u>

Os montantes facturados em 2011 e 2010, a título de honorários, pelo Auditor/Revisor Oficial de Contas da Sucursal, função exercida pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ascendeu respectivamente a 53.341 e 52.567 euros (montante sem IVA), que se decompõe conforme segue:

	2011	2010
Auditoria às Contas	20.600	22.500
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	16.200	17.200
Consultoria Fiscal	-	1.000
Outros Serviços	16.541	11.867
	<u>53.341</u>	<u>52.567</u>

11. Impostos sobre os lucros

	31-Dez-11	31-Dez-10
<u>Apuramento do imposto sobre o rendimento</u>		
Resultado antes de impostos	(542.101)	(970.671)
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	30.000	29.826
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor	16.751	2.983
Prémios de seguros não aceites como custo	14.768	11.922
Provisões não aceites fiscalmente	77.893	43.031
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor	7.722	10.034
Contribuição extraordinária/Outros impostos	37.529	(757)
Outros montantes não aceites como custo	67	269
Rendimento tributável	(357.371)	(873.363)
Imposto sobre o rendimento (1)	-	-
Despesas tributadas autonomamente (2)	22.044	18.393
Insuficiência de estimativa do exercício anterior (3)	196	757
Imposto sobre o rendimento (1) + (2) + (3)	<u>22.240</u>	<u>19.150</u>

Pelo facto de não existir imposto sobre o rendimento, o montante a liquidar, registado a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, na rubrica Passivos por impostos correntes, corresponde às despesas tributadas autonomamente.

O pagamento dos impostos correntes, relativo a tributações autónomas, é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, a eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião da Gerência da Sucursal, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos diferidos activos		
Provisão para riscos gerais de crédito	44.810	53.319
Reporte de prejuízos	<u>668.913</u>	<u>587.759</u>
	<u><u>713.723</u></u>	<u><u>641.078</u></u>
Passivos	-	-
Registados por contrapartida de :		
Resultado do exercício	<u><u>72.644</u></u>	<u><u>244.571</u></u>

Os impostos diferidos registados em balanço em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram calculados com a taxa de 26,5%, com excepção do imposto respeitante ao reporte de prejuízos fiscais para o qual foi utilizada uma taxa de 25% (pelo facto de não incidir derrama sobre este montante, já que o valor da derrama a pagar ao Estado é calculado sobre o lucro tributável).

Os prejuízos apurados no exercício de 2008 e 2009 são dedutíveis aos lucros fiscais pelo prazo de seis anos, sendo que os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2010 e 2011 são dedutíveis aos lucros fiscais pelo prazo de 4 anos. Desta forma, temos:

Exercício	Reporte de prejuízos	Data limite para utilização
2008	335.874	2014
2009	1.108.992	2015
2010	873.364	2014
2011	<u>357.371</u>	2015
Total	<u><u>2.675.601</u></u>	

12. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	<u>18.950</u>	<u>3.000</u>
Disponibilidades em bancos centrais	<u>1.070.170</u>	<u>613.597</u>
Total	<u><u>1.089.120</u></u>	<u><u>616.597</u></u>

Esta rubrica é composta pelo saldo junto do Banco de Portugal. O referido saldo visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo médio em

depósito no Banco de Portugal, equivalente ou superior a 2% sobre o montante final de cada mês dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

13. Disponibilidades em outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Em instituições de crédito no país	4.146.388	1.359.756
Em instituições de crédito no estrangeiro	2.337.098	393.030
Total	6.483.486	1.752.786

14. Activos e Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Instrumentos derivados de negociação (activos)	6.986	82.360
Instrumentos derivados de negociação (passivos)	-6.986	-76.248
Total	0	6.112

A carteira de negociação é registada ao valor de mercado, sendo as flutuações de justo valor reconhecidas em resultados do exercício, conforme definido na política contabilística na nota 2.2.1.

A carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
<i>Derivados Cambiais</i> Currency Forward - Mercado de Balcão	10.232.963	-	-	10.232.963	6.986	6.986

A carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Total	Activo	Passivo
<i>Derivados Cambiais</i> Currency Forward - Mercado de Balcão	6.684.247	-	-	6.684.247	82.360	76.248

15. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Instrumentos de dívida pública portuguesa	122.950	51.868
	122.950	51.868

A decomposição da carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2011 pode ser analisada como segue:

	Quantidade	Valor nominal	Valor de aquisição	Valias	Juros corridos	Valor de Balanço
PORTUGAL 5 % OBRIGAÇÕES DO TESOURO 2002-15.6.12	5.000.000	0,01	51.077	-2.345	1.363	50.095
PORTUGAL 3 3.6 % 2009-15.10.14	5.000.000	0,01	44.600	-7.884	380	37.096
PORTUGAL 3.35% OBRIGAÇÕES DO TESOURO 2005-15.10.14	5.000.000	0,01	42.500	-7.095	353	35.758
Total						122.950

Em 31 de Dezembro de 2010, decomposição da carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisada como segue:

	Quantidade	Valor	Valor de	Valias	Juros	Valor de
PORTUGAL 5 % OBRIGAÇÕES DO TESOURO 2002-15.6.12	5.000.000	0,01	51.077	-572	1.363	51.868

16. Aplicações em instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Aplicações em instituições de crédito no país	42.823.500	29.101.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	14.815.765	13.931.821
Rendimentos a receber - instituições de crédito no país	452.077	183.267
Rendimentos a receber - sede e sucursais da própria instituição	104.960	37.660
Total	58.196.302	43.253.748

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
À vista e até 1 mês	38.359.039	33.533.812
Superior a 1 mês e até 3 meses	7.898.744	956.148
Superior a 3 meses e até 12 meses	11.938.519	8.763.788
Total	58.196.302	43.253.748

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 estas aplicações (na sua maioria em euros) são remuneradas a taxas de juro que variam respectivamente entre 0,1% e 2,57% e entre 0,120% e 2,7%, e dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.

17. Crédito a clientes

Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal
Relatório e Contas

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Crédito com garantias reais	22.015.275	16.450.397
Crédito sem garantias	743.691	2.314.019
	<u>22.758.966</u>	<u>18.764.416</u>
Rendimentos a receber	33.676	37.322
	<u>22.792.642</u>	<u>18.801.738</u>
Provisões para crédito e juros vencidos	-	-
	<u>22.792.642</u>	<u>18.801.738</u>

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
<i>Curto Prazo</i>		
Descobertos	12.157.571	6.432.574
Empréstimos	10.635.071	9.352.521
<i>Médio e longo prazo</i>		
Empréstimos	-	3.016.643
	<u>22.792.642</u>	<u>18.801.738</u>

18. Outros activos tangíveis e intangíveis

A evolução do activo tangível e intangível da Sucursal no decurso de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Rubrica	Saldo em 31-12-2010		Aquisições	Abates /Alienações			Saldo em 31-12-2011	
	Valor bruto	Amortização acumulada		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Amortização do Exercício	Valor Bruto	Amortização Acumulada
Obras em imóveis arrendados	144.004	66.282	22.275	-	-	13.726	166.279	80.008
Mobiliário e material	122.841	63.904	4.948	-	-	15.664	127.789	79.568
Máquinas e ferramentas	13.820	9.241	-	-	-	2.393	13.820	11.634
Equipamento informático	12.688	12.688	-	-	-	-	12.688	12.688
Instalações interiores	30.326	12.593	1.837	-	-	3.124	32.163	15.717
Equipamento de segurança	19.907	16.226	-	-	-	3.278	19.907	19.504
Outro equipamento	73.489	47.604	-	3.000	-	9.921	70.489	57.525
Total activos tangíveis	417.075	228.538	29.060	3.000	-	48.106	443.135	276.644
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	539	539	-	-	-	-	539	539
Outros activos intangíveis	4.179	4.179	-	-	-	-	4.179	4.179
Total activos intangíveis	4.718	4.718	-	-	-	-	4.718	4.718

Rubrica	Saldo em 31-12-2009		Aquisições	Abates /Alienações			Saldo em 31-12-2010	
	Valor bruto	Amortização acumulada		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Amortização do Exercício	Valor Bruto	Amortização Acumulada
Obras em imóveis arrendados	144.004	50.711	-	-	-	15.571	144.004	66.282
Mobiliário e material	122.840	48.549	-	-	-	15.355	122.841	63.904
Máquinas e ferramentas	10.917	6.914	2.903	-	-	2.327	13.820	9.241
Equipamento informático	12.688	10.044	-	-	-	2.644	12.688	12.688
Instalações interiores	30.326	9.560	-	-	-	3.033	30.326	12.593
Equipamento de segurança	19.907	12.317	-	-	-	3.909	19.907	16.226
Outro equipamento	74.337	36.648	-	848	657	11.613	73.489	47.604
Total activos tangíveis	415.019	174.743	2.903	848	657	54.452	417.075	228.538
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	539	539	-	-	-	-	539	539
Outros activos intangíveis	4.179	4.179	-	-	-	-	4.179	4.179
Total activos intangíveis	4.718	4.718	-	-	-	-	4.718	4.718

O montante das amortizações acumuladas inclui as amortizações efectuadas entre 1 de Novembro de 2006 e 31 de Maio de 2008, efectuadas na esfera do Anglo Irish Bank, sucursal em Portugal. Aquando da operação de trespasse os activos líquidos avaliados ao justo valor passaram para a esfera do Hyposwiss Private Bank, contudo, e por forma a manter-se o histórico dos montantes amortizados, o critério utilizado e o prazo remanescente para efeitos de amortização, foi decidida a manutenção e continuação do saldo das amortizações acumuladas.

O valor registado em outros activos intangíveis corresponde aos valores pagos associados à garantia de manutenção do software adquirido, as quais, tendo por base o respectivo contrato de manutenção, foram amortizadas pelo prazo de 3 anos.

19. Activos por impostos Correntes

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
IRC a recuperar	6.917	3.821
	<u>6.917</u>	<u>3.821</u>

O valor registado nesta rubrica diz respeito ao pagamento especial por conta feito em exercícios anteriores, bem como em 2011.

20. Outros activos

Esta rubrica é analisada como se segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Seguros	23.297	18.717
Outros devedores diversos	15.980	15.164
Outros - Sector Público Administrativo	13.378	-
Outras rendas	9.915	9.476
Operações cambiais a liquidar - a prazo - saldo devedor	8.508	6.455
IVA a recuperar	6.675	40.593
Outras despesas com encargos diferidos	501	501
Total de outros activos	<u>78.254</u>	<u>90.906</u>

21. Recursos de outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos	52.643	5.557
Sede e sucursais da própria instituição	12.706.000	9.696.000
Sede e sucursais da própria instituição - Outros Recursos	251.165	2.546.359
	<u>13.009.808</u>	<u>12.247.916</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito - no estrangeiro	14.202	14.106
Total de recursos de outras instituições de crédito	<u>13.024.010</u>	<u>12.262.022</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Até 1 mês	3.703.808	6.951.916
Superior a 1 mês e até 3 meses	6.306.000	2.796.000
Superior a 3 meses e até 6 meses	1.000.000	500.000
Superior a 6 meses e até 12 meses	2.000.000	2.000.000
	<u>13.009.808</u>	<u>12.247.916</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito - no estrangeiro	14.202	14.106
Total de recursos de outras instituições de crédito	<u>13.024.010</u>	<u>12.262.022</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as taxas de juro associadas aos depósitos efectuados pela sede (na sua maioria em euros) variam respectivamente entre 1,3% e 1,97% e entre 0,77% e 1,5%, dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.

22. Recursos de clientes e outros empréstimos

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Depósitos à ordem - residentes	24.840.772	11.422.892
Depósitos a prazo - residentes	22.715.523	15.944.297
Depósitos à ordem - não residentes	3.950.554	1.829.714
Depósitos a prazo - não residentes	2.206.500	1.338.000
	<u>53.713.349</u>	<u>30.534.903</u>
Juros de recursos de clientes	66.275	80.506
Total de recursos de clientes	<u>53.779.624</u>	<u>30.615.409</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
À vista e até 1 mês	35.392.466	21.100.903
Superior a 1 mês e até 3 meses	6.475.046	870.000
Superior a 3 meses e até 6 meses	5.993.337	3.445.000
Superior a 6 meses e até 12 meses	5.852.500	5.119.000
	<u>53.713.349</u>	<u>30.534.903</u>
Juros de recursos de clientes	66.275	80.506
Total de recursos de clientes	<u>53.779.624</u>	<u>30.615.409</u>

Os depósitos a prazo são constituídos maioritariamente em euros, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 as taxas de juro remuneratórias encontram-se a variar respectivamente no intervalo compreendido entre 0,15% e 2,42% e entre 0,45% e 2,55%, dependendo da data de constituição e da maturidade contratada.

23. Provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito concedido	164.339	148.896
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito por assinatura	4.757	2.307
Outras Provisões	85.000	25.000
Total	<u>254.096</u>	<u>176.203</u>

A provisão para riscos gerais de crédito cumpre com as exigências estabelecidas nas normas do Banco de Portugal, fixadas pela versão actual do Aviso nº 3/95 de 30 de Junho, conforme referido na política contabilística descrita na nota 2.2.3.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2011 e 2010 são conforme segue:

	31-12-2010	Reforço	Reversão	31-12-2011
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito concedido	148.896	47.838	32.395	164.339
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito por assinatura	2.307	4.720	2.270	4.757
Outras provisões	25.000	60.000	-	85.000
Total	176.203	112.558	34.665	254.096

	31-12-2009	Reforço	Reversão	31-12-2010
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito concedido	130.320	42.892	24.316	148.896
Provisões para riscos gerais de crédito - crédito por assinatura	2.852	2.178	2.723	2.307
Outras provisões	-	25.000	-	25.000
Total	133.172	70.070	27.039	176.203

24. Outros passivos

O valor desta rubrica é composto por:

	31-Dez-11	31-Dez-10
IVA a pagar	27.002	40.557
Retenção - sobre rendimentos de trabalho dependente	14.645	11.640
Retenção - sobre rendimentos de trabalho independente	2	-
Retenção - sobre rendimentos de capitais	36.509	13.873
Retenção - sobre rendimentos prediais	3.148	3.014
Retenção - sobre outros rendimentos	2.466	-
Outros Impostos - Contribuição Extraordinária	22.338	-
Do selo - utilização de créditos	0	13.050
Do selo - juros e comissões	4.254	2.982
Do selo - outros	3	12
Contribuições para a seg. social	18.911	14.439
Outros fornecedores	-	4.840
Outros credores	4.514.016	4.403.034
Encargos a pagar - por custos com pessoal	375.305	296.313
Encargos a pagar - por gastos gerais administrativos	45.136	52.892
Encargos a pagar - FGD & SII	17.500	-
Outros valores a regularizar - Forwards	8.509	6.454
Total de outros passivos	5.089.744	4.863.100

A rubrica de outros credores corresponde ao valor em dívida perante a sede relativo ao saldo acumulado dos valores transferidos mensalmente para a Sucursal, para esta fazer face às suas despesas correntes. Refira-se que, por decisão conjunta, a sede não se encontra a cobrar juros à Sucursal sobre o montante em dívida. Em 2010 foi celebrado um acordo entre a Sucursal e a casa mãe que prevê que os proveitos de clientes angariados pela Sucursal com relação comercial com a casa mãe sejam partilhados. O montante dos valores a receber da casa mãe são contabilizados em outros credores a deduzir à dívida que a Sucursal percute a esta.

O montante registado em encargos a pagar – por custos com pessoal, inclui o valor de 35.348 euros respeitante a indemnização e acertos de subsídios a pagar ao colaborador que não aceitou os termos do despedimento colectivo interposto pela Sucursal aquando do processo de reestruturação, conforme

referido na nota 9. Este montante inclui também o montante de 208.000 euros relativo ao valor a pagar por prémios de desempenho.

25. Capital

Em 22 de Abril de 2008, aquando da constituição do Hyposwiss Private Bank, Sucursal em Portugal, e de acordo com o requerido pelo Artigo 59º do Regime Geral das Instituições de crédito e sociedades financeiras, foi alocado um capital de EUR 18.500.000. Por motivos prudenciais, desde 2009 que tem vindo a ser deliberado pela Gerência um aumento anual de capital de 500.000 euros. Deste modo, a 31 de Dezembro de 2011, o capital da Sucursal ascende a 20.000.000 euros (31 de Dezembro de 2010: 19.500.000 euros).

26. Garantias, passivos contingentes e compromissos

As garantias, os passivos contingentes e os compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	Dez-11	Dez-10
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	964.344	305.719
Garantias recebidas	34.005.105	40.461.329
Compromissos		
Linhas de crédito revogáveis	2.050.647	1.066.283
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	92.900.121	69.428.424
- Gestão discricionária	45.424.973	9.070.693
- Gestão não discricionária	47.475.148	60.357.731

27. Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos. Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, a Sucursal considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor a que os seguintes activos e passivos se encontram registados no balanço (custo amortizado):

- Caixa e disponibilidades em bancos centrais – considera-se que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando os curtos prazos associados a esse instrumento financeiro;

- Disponibilidades em outras instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado;
- Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados – estes instrumentos financeiros são contabilizados ao justo valor. O justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.
- Aplicações em instituições de crédito – o justo valor deste instrumento financeiro é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro, considerando que o reembolso das aplicações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Crédito a clientes – o justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Assim, o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado;
- Recursos de outras instituições de crédito – considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros e o facto das taxas de juro aplicáveis serem taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor; e
- Recurso de clientes e outros empréstimos – o justo valor é idêntico ao valor porque se encontram registados, considerando que as taxas aplicáveis são taxas de mercado.

28. Entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Sucursal todas as empresas controladas pelo Grupo St. Galler Kantonalbank (SGKB), assim como os órgãos de gestão da mesma.

Os saldos com entidades relacionadas derivam integralmente de transacções efectuadas com a sede da sucursal em Genebra - Hyposwiss Private Bank Genève, SA.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da Sucursal incluem os seguintes saldos, excluindo os referentes aos órgãos de gestão:

Hyposwiss Private Bank Genève SA - Sucursal em Portugal
Relatório e Contas

Entidades Relacionadas	31-Dez-11	31-Dez-10
	Sede	Sede
Activos:		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.337.098	393.030
Aplicações em instituições de crédito	14.920.725	13.969.480
Passivos:		
Passivos financeiros de negociação	-6.986	-76.248
Recursos de outras instituições de crédito	-12.971.366	-12.256.464
Outros passivos	-4.514.017	-4.403.033
Proveitos e custos:		
Margem financeira	-536	-27.882
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	-189.017	-109.191
Gastos gerais administrativos	-300.000	-300.000

Política de Remunerações

A política de remunerações existente na Sucursal tem como objectivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva, tendo em atenção a performance individual de cada colaborador.

A aprovação das remunerações e outros benefícios são da responsabilidade da casa mãe, incluindo os relativos aos elementos da Gerência.

A política de remuneração para todos os colaboradores da Sucursal é composta por:

(i) uma componente fixa, na forma de um salário anual (paga 14 vezes por ano). Poderá eventualmente existir uma parte variável, designada por prémio de produtividade, que está directamente ligada à performance individual de cada colaborador, assim como à performance do Grupo. Este prémio, quando existe, é pago anualmente, não estando actualmente previsto o seu diferimento.

A remuneração auferida pela Gerência da Sucursal e pela função de Compliance em 2011 foi a seguinte:

Remuneração da Gerência	Componente Fixa	Componente Variável
Miguel Lopes Marques	136.010	25.000
Silvia Brito Leal	61.836	10.000

Em Dezembro de 2011, os órgãos de gestão não têm operações de débito ou crédito contratadas junto da Sucursal. Esta não tem qualquer responsabilidade e/ou benefício de longo prazo concedido aos membros da Gerência.

Remuneração Outros Colaboradores	Componente Fixa	Componente Variável
Compliance Officer	21.754	10.000

Não é feita referência à remuneração da Função de Riscos e da Função de Auditoria, na medida em que a primeira é exercida por um dos membros da Gerência e a segunda é executada pelo Departamento de Auditoria do Grupo.

29. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui as seguintes componentes:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.089.120	616.597
Disponibilidades em Instituições de Crédito	6.483.486	1.752.786
Aplicações em IC's a muito curto prazo (< 3 meses)	45.793.429	30.060.000
	<u>53.366.035</u>	<u>32.429.383</u>

30. Consolidação de contas

As contas da sucursal são consolidadas nas contas do Hyposwiss Private Bank Genève SA. As contas desta Entidade podem ser obtidas directamente na sua sede, em Genève, ou através do site www.hyposwiss.ch.

31. Eventos após a data de balanço

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pela Gerência da Sucursal não é do seu conhecimento qualquer acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que justifique ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras apresentadas.